

APRESENTAÇÃO

Violência e Criminalização

Embora se fale bastante nos dias de hoje em “democratização da insegurança”, em virtude do nível elevado em que a violência se apresenta, principalmente, nas áreas metropolitanas e nas grandes cidades brasileiras, não há dúvida de que os mais afetados pelos seus efeitos são os jovens pobres e negros, moradores de favelas e periferias urbanas – conforme comprovam as estatísticas. A ligação estabelecida entre pobreza e criminalidade, ou pobres e perigo, informa a abordagem seletiva da grande imprensa ao fenômeno da violência e dá sentido às políticas de segurança pública desenvolvidas no país. Dessa forma, também se autoriza no cotidiano o genocídio daquela parcela da população pela ação das polícias civil e militar, que, apesar da rivalidade histórica que alimentam entre si, têm em comum a dificuldade de pronunciar a linguagem dos direitos humanos, da legalidade e das liberdades.

Por essa razão, o dossiê desta edição da *Revista História & Luta de Classes* foi batizado de “Violência e criminalização”, sendo essa última palavra significativa no debate aqui travado. Não podemos ignorar que a historiografia conservadora e dita especializada desqualifique como ingênua a opção por tratar as polícias como oponentes sempre decididas da classe trabalhadora, em um discurso que se harmoniza com a teoria expressa nos planos de segurança pública do Estado – e isso certamente se explica pelo fato de que, no mais das vezes, o professor acadêmico e o autor desses projetos francamente etnocêntricos (apresentados como públicos e nacionais) são a mesma pessoa. Diante da constatação de que as polícias brasileiras estão entre as mais violentas do mundo, diante dos sucessivos exemplos de brutalidade contra os trabalhadores, diante, enfim, da constatação de que os policiais aplicam as leis segundo a classe e a cor da população, o viés encontrado nos artigos que compõem este número não podia ser outro: as polícias são consideradas um aparelho de coerção, que tem como objetivo primordial favorecer a reprodução da dominação de classe.

Embora a desqualificação social dos direitos humanos no país seja mais facilmente percebida pelos trabalhadores por meio da atuação policial, é claro que o tema da violência e da criminalização envolve outras dimensões sensíveis, como os meios de comunicação, a legislação criminal, os processos judiciais e o sistema prisional. O conjunto de artigos que constitui o dossiê aborda a temática sob diferentes ângulos e com variados recortes, explicitando, em seu conjunto, as distintas formas de imposição da violência de classe e a articulação de agentes da sociedade política e da sociedade civil em sua justificação e disseminação.

O artigo de abertura do dossiê, *Fabricando o consenso e sustentando a coerção*, escrito por Marcelo Badaró Mattos e Romulo Costa Mattos, enfoca as favelas e periferias do Rio de Janeiro e mostra como os seus moradores são afetados pela combinação de elementos provenientes da repressão pelas forças do Estado e da fabricação do consentimento através da ação das classes dominantes na sociedade civil.

Gelsom Rozentino de Almeida também privilegia o território carioca em seu texto *A violência no Rio de Janeiro: perdas e possibilidades*. O autor realça os custos econômicos, sociais e humanos da violência, aborda as redefinições no cenário atual da criminalidade e as novas propostas no terreno da segurança pública, num momento em que a cidade passa por uma nova fase de expansão e os investimentos legais do capitalismo precisam ser garantidos. Dentro desse quadro, destaca o surgimento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e também aponta para as oportunidades de construção de uma sociedade não-violenta.

A cidade do Rio de Janeiro também é abordada no artigo de Lia de Mattos Rocha, *Projetos Sociais para jovens moradores de favelas: criminalização e violência*. A socióloga avalia de que forma os “projetos sociais” que têm como alvo os jovens moradores das favelas estão associados às políticas de segurança pública – e como essa realidade reforça o estigma e a criminalização impostos a esses indivíduos e aos seus locais de moradia.

O artigo de Fernanda Vieira, *Sob o leito de procusto: judiciário e a criminalização da miséria*, completa esse bloco de trabalhos dedicados ao Rio de Janeiro, que se tornou uma espécie de laboratório social de políticas públicas de combate ao crime violento. Considerando o texto normativo como um campo de disputa, a autora reflete sobre o papel do Poder Judiciário na sustentação da criminalização da miséria, vista como uma hegemonia conservadora que aponta para o recrudescimento dos discursos da lei e da ordem como forma de contenção da população pobre.

Partindo do embate dos usos do passado e das memórias dos movimentos sociais rurais, Vagner José Moreira, em *A criminalização dos movimentos sociais dos trabalhadores na luta pela terra*, resgata os conflitos ocorridos em Fernandópolis (SP, 1949) e aponta linhas de continuidade com a atual disputa fundiária e a decorrente violência estatal.

Dulce Portilho Maciel, partindo de qualitativa documentação estatal produzida pelos órgãos de informação, no período Médici, analisa em *Estado de Segurança Nacional e oposição armada: Brasil em tempos de trevas*, a percepção do regime sobre as organizações de oposição a partir das premissas da Doutrina de Segurança Nacional.

Os Estados Unidos e o Fomento ao Mercenarismo (2001-2009), de Alexandre Arienti Ramos, aborda as relações da política externa dos EUA com as companhias militares privadas (particularmente a Blackwater), refletindo sobre o novo papel da sociedade civil diante das mesmas.

O artigo de Carlos Antonio Aguirre Rojas, *A Mirada Neozapatista: Olhar (para e desde) baixo e à esquerda*, traduzido por Caio Graco Cobério, combina, de forma particular, a tradição do pensamento de esquerda com os traços identitários da experiência indígena, realçando o procedimento do “estranhamento” (desandar e refazer o caminho habitual do pensamento) e a conjugação razão-sentimento, geradora de novos saberes transformadores.

Para além do dossiê, esta edição conta ainda com quatro artigos sobre temáticas diversas e com uma resenha. O artigo *Aspectos da relação do PCB com a Internacional comunista há 90 anos de sua fundação*, de Carlos Zacarias de Sena Júnior, parte de um balanço crítico das leituras historiográficas produzidas a partir da abertura dos acervos soviéticos nos anos 1990 para propor uma reflexão sobre a relação estabelecida, de parte a parte, entre o PCB e a IC no período entre a fundação do PCB (1922) e a extinção da IC (1943).

Sonho Diurno e Utopia no Princípio Esperança de Ernst Bloch, de Sílvia Simões reflete em torno desta importante obra do filósofo alemão e sua contribuição para o projeto emancipatório, colocando em destaque a articulação entre “Sonho Diurno”, Utopia e Esperança.

O artigo de Vicente Gil da Silva, *A teoria marxista da história e as sociedades pré-capitalistas* discute a validade do marxismo para a análise das sociedades pré-capitalistas, sustentando que o método marxista é capaz de explicar satisfatoriamente a dinâmica destas sociedade e., em especial, os processos de mudança histórica nelas desenvolvidos.

Por fim, o artigo de *Por uma crítica da razão histórica: o capítulo das bifurcações na concepção da história em Daniel Bensaïd*, realiza uma reflexão em torno da concepção de história do revolucionário marxista francês, levando em conta sua crítica ao progresso, a noção de desenvolvimento desigual e sua discussão sobre a relação entre necessidade e contingência.

A resenha de Rafael Caruccio, *O papel do Estado e a crise neoliberal* discute a atual crise do capitalismo a partir da obra de Noam Chomsky, *O Governo do Futuro* e dos paradigmas do Estado por ele propostos.

Finalmente, é com grande satisfação que informamos que as quatro primeiras edições de *História & Luta de Classes*, que se encontram esgotadas, podem agora ser consultadas *on line* e em sua versão integral. Para tanto, contamos com o apoio do Laboratório de Digitalização e Microfilmagem da Unioeste. O material encontra-se disponível no sítio eletrônico do projeto de pesquisa História e Análise Midiática, coordenado pela Profa. Dra. Carla Luciana Silva e financiado pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. No mesmo endereço eletrônico (www.projetoham.com.br), também estão disponíveis a capa, sumário e apresentação de todas as edições da revista. Para o segundo semestre, pretendemos concluir a construção de uma página eletrônica própria da revista, permitindo de forma ampliada a divulgação das edições de *História & Luta de Classes*, das chamadas de artigo e suas normas editoriais.

Maio de 2011

Gilberto Calil
Editor

Cláudia Trindade
Enrique Serra Padrós
Gelsom Rozentino de Almeida
Romulo Costa Mattos
Coordenadores do Dossiê